

## **Grupo de Estudos CIN**

**“Acordos Comerciais firmados pelo Brasil no âmbito do Mercosul e Aladi; a Certificação de Origem e as vantagens competitivas dos produtos brasileiros nesses mercados”**

**Junho 2004**



# **Acordos Comerciais firmados pelo Brasil no âmbito Mercosul e Aladi**



ALADI

ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE INTEGRACIÓN  
ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO

> Español  
> Português  
> English

Conheça a ALADI Secretaria-Geral Atividades Mapa do Site Fale conosco

- Acordos
- Regimes de Origem
- Tarifas Nacionais e Nomenclaturas
- Normas Reguladoras do Comércio Exterior
- Estatísticas
- Integração Física e Distribuição

Última atualização 22/06/04

### DESTAQUES

TLC entre o México e o Uruguai será depositado na ALADI ->>

ALADI assina acordo de cooperação que promove o desenvolvimento da informação tecnológica ->>

A Agência Nacional de Cooperação e Pequenas e Medias Empresas da Romênia visita a Secretaria-Geral da ALADI ->>

Chile, Bolívia, Paraguai e Uruguai...

Seleção de Notícias Discursos Comunicados de Imprensa

<<COMÉRCIO EXTERIOR>>

PORTAL EMPRESARIAL SICOEX E-COMÉRCIO TICs GUIA DO EXPORTADOR CONVÊNIO DE PAGAMENTOS E CRÉDITOS RECÍPROCOS

Reuniões Técnicas Publicações Biblioteca Links Organismos Glossários

Aviso Jurídico Importante  
Ajude-nos a melhorar nosso site

Pinacoteca Fototeca Catedra Latino-Americana para a Integração

Cebollatí 1461 - C.P. 11200; Fone.: (598-2) 410 11 21; Fax: (598-2) 419 06 49; E-mail: sgaladi@aladi.org  
Montevideu - Uruguai

## **MERCOSUL**

- **Tratado de Assunção: 26/03/91. Programa de Liberação Comercial**
- **Constituição “Mercado Comum do Sul” - Mercosul: 31/12/94 (tarifa zero)**
- **Argentina, Paraguai e Uruguai**

## **MERCADO COMUM**

- **Livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias.**
- **Estabelecimento de uma tarifa externa comum (TEC) e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados.**
- **Compromisso de harmonizar suas legislações.**

## **MERCOSUL – ACE 18**

**Acordo de Complementação Econômica**

**Noma de Origem: VIII PROTOCOLO ADICIONAL,  
ANEXO I, ARTIGO 3º, INCISO a) \***

**8º PROTOCOLO ADICIONAL**

**Regulamento de Origem do Mercosul**

**•Incisos: a), b), c), d), e) e f)**

## **MERCOSUL – ACE 18**

### **22º PROTOCOLO ADICIONAL (em vigor)**

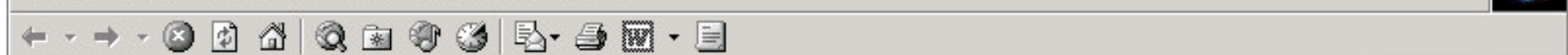
- **Anexo I: Lista de produtos sujeitos a Regime de Origem Mercosul: R.G. e R.G.C2**

**R.G.C2: 27º Protocolo Adicional – inciso c) segunda parte do primeiro parágrafo.**

- **Anexo II: Requisitos Específicos. Setores: Lácteo, Siderúrgico, Telecomunicações e Informática.**

### **48º Protocolos Adicionais**

**Site da ALADI: [www.aladi.org](http://www.aladi.org)**



▼ AAP.CE Nº 18 Argentina Brasil Paraguai Uruguai

- [Acordo](#) O acordo tem por objetivo facilitar a criação das condições necessárias para o estabelecimento de um Mercado Comum, a constituir-se de acordo com o Tratado de Assunção.
- [Primeiro Protocolo Adicional](#) Segunda redução das listas de exceções. Os produtos retirados beneficiam-se de uma preferência de 54% a partir de 01/01/1992.
- [Segundo Protocolo Adicional](#) Sanções administrativas nos casos de falsidade nos certificados de origem.
- [Terceiro Protocolo Adicional](#) Terceira redução das listas de exceções. Os produtos retirados beneficiam-se de uma preferência de 68% a partir de 01/01/1993.
- [Quarto Protocolo Adicional](#) Sistema de solução de controvérsias.
- [Quinto Protocolo Adicional](#) Quarta redução das listas de exceções. Os produtos retirados beneficiam-se de uma preferência de 82% a partir de 01/01/1994.
- [Sexto Protocolo Adicional](#) Modifica o Artigo 10 do Segundo Protocolo Adicional, referente à emissão de certificados de origem.
- [Oitavo Protocolo Adicional](#) Substitui o Regime de Origem pelo "Regulamento de Origem do MERCOSUL".
- [Nono Protocolo Adicional](#) Renova o mandato do grupo "ad hoc" para definir um Regime de Adequação do setor açucareiro até o ano 2001.
- [Décimo Primeiro Protocolo Adicional](#) Estabelece as normas de aplicação às zonas francas comerciais, zonas francas industriais, zonas de processamento de exportações e áreas aduaneiras especiais.
- [Décimo Segundo Protocolo Adicional](#) Harmoniza medidas não-tarifárias.
- [Décimo Terceiro Protocolo Adicional](#) Incentivos às exportações.
- [Décimo Quarto Protocolo Adicional](#) Substitui o modelo do Certificado de Origem.
- [Décimo Sexto Protocolo Adicional](#) O Brasil isenta a Argentina, o Paraguai e o Uruguai do Adicional de Frete para a Renovação da Marinha Mercante.

## **MERCOSUL CHILE – ACE 35**

- **Acordo de Complementação Econômica**
- **Assinado em 25/06/1996**
- **Norma de Origem: ANEXO 13, ARTIGO 3, NUMERO 1) a 12)**
- **Importados: 6) e 7) – Apêndices nº 1 (A), (B), (C)**
- **39º Protocolos Adicionais**



## **MERCOSUL BOLÍVIA – ACE 36**

- **Assinado em Fortaleza-CE, em 17/12/96**
- **Zona de Livre Comércio, prazo de 10 anos, com desgravações progressivas e automáticas.**
- **Norma de Origem: ANEXO 9, ARTIGO 3, ITEM 1, Incisos a) a J) # Imp: g e h**  
**ITEM 2, Incisos: a) até L)**
- **Requisitos especiais: Apêndice 1 (25 critérios e setores de telecomunicações e Informática) e Apêndice 2**
- **18º Protocolos Adicionais**



## **ALADI**

- **ACE n° 39 (CAN: Venezuela, Colômbia, Peru e Equador) – 16/08/1999**
  - **Norma de Origem: Capítulo I, Artigo Primeiro, Inciso a)\*, da Resolução 252 (texto consolidado e ordenado da Resolução 78 e afins)**
- Consolida os AAPR n°s 10 (Colômbia); 11 (Equador); 25 (Peru) e 27 (Venezuela).**
- **Nomenclatura NALADI**

## **ALADI**

- **Acordo de Preferência Tarifária Regional nº 04 (APTR – 04)**

**Norma de Origem: mesmo ACE 39**

**Lista de exceção (produtos não negociados)**

- ✓ **Não negociados no ACE 39 (CAN) = alguns têxteis, confecções e outros.**
- ✓ **Não negociados no ACE 53 (México)**

## **ALADI**

- **ACE n° 43 (Brasil x Cuba)**  
**N.O.:** Capítulo I, Artigo 1º, Inciso a)\*, da Resolução 252 (texto ... 78 e afins)  
Prorrogado e aprofundado com 244 novos produtos, em 20/12/2002
- **ACE n° 55 (Mercosul – México) – Exclusivo Setor Automotivo, em 05/11/2002.**  
**N.O.:** Artigo 5º, Parágrafo 1, Inciso a)\*
- **ACE n° 53 (Brasil – México) 02/05/2003**
- **Modelo Aladi - 4ª nota**  
**N.O.:** Capítulo IV, Artigo IV-5, letra a)\*  
Anexos I e II - quotas

## **COMUM**

- **Países com os quais o Brasil não tem acordo**
- **Sem norma**

## **BANCO DO BRASIL**

- **VISA: têxteis para os EUA e Porto Rico**
- **Licença de Exportação: têxteis para o Canadá e União Européia**
- **FORM A: Produtos SGP**

## **CARICOM**

**Emitido pela Câmara Oficial de Comércio Exterior Brasil  
Comunidade e Mercado Comum do Caribe -Escritório no  
Rio de Janeiro**

**Site: [www.caricom.org](http://www.caricom.org) (produtos negociados)**

- **Certificados Oficiais Tríplice – Origem, Conformidade e Inspeção e Fatura CARICOM.**
- **Taxa de anuidade: R\$ 353,70**
- **Dois jogos de documentos: R\$ 100,00 Países: Antigua & Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Grenada, Guyana, Haiti, Jamaica, Montserrat, St. Kitts & Nevis, St Lucia, St Vicent & The Grenadines, Suriname, Trinidad & Tobago.**

# Emissão de Certificados de Origem



## **CERTIFICADO DE ORIGEM**

- **Certifica expressamente que a mercadoria é originária de um determinado país**
- **Confere ao seu detentor o direito a se beneficiar dos acordos internacionais que concedem alíquotas preferenciais aos países signatários.**
- **Redução substancial nos tributos a pagar**
- **Produto torna-se mais competitivo**

## **CERTIFICADO DE ORIGEM**

- **A SECEX/MDIC é a entidade autorizada a emitir certificados e delega às entidades credenciadas**
- **As Federações de Indústrias e Associações Comerciais são credenciadas**
- **São co-responsáveis quanto à autenticidade das informações**
- **Assinaturas autorizadas pela ALADI**

## **EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE ORIGEM**

### **DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA**

- **Declaração do Exportador**
- **5 vias do Certificado (Mercosul e Aladi)**
- **3 vias (Comum)**
- **1 via da Fatura Comercial (válida 60 dias)**



- [PÁGINA PRINCIPAL](#)
- [Informações Institucionais](#)
- [Produtos & Serviços](#)
  - [BALCÃO DO EXPORTADOR](#)
  - [ASSESSORIA EM COMEX](#)
  - [INTERFACE DE NEGÓCIOS](#)
  - [ESTUDOS EM COMEX](#)
  - [DIRETÓRIO EXIM](#)
  - [EXPORTAR É CINPLES](#)
  - [MAILCLIPPING COMEX](#)
  - [ENCONTROS DE NEGÓCIOS](#)
  - [MISSÕES INTERNACIONAIS](#)
  - [CERTIFICADOS DE ORIGEM](#)
  - [FAZENDO NEGÓCIOS](#)
- [Estatísticas](#)
- [Cursos](#)

Negócios do Ceará (CIN-CE) foi credenciada a emitir Certificados de Origem, figurando como co-responsável com o solicitante no que concerne à autenticidade dos dados contidos nos respectivos documentos.

Estão disponíveis os cinco tipos de Certificados de Origem: Mercosul, Mercosul-Chile, Mercosul-Bolívia, Aladi e Comum.

### Downloads

- Manual de Certificação de Origem
- Manual de Certificação de Origem (CNI)
- Certificado Mercosul
- Certificado Mercosul-Bolívia
- Certificado Mercosul-Chile
- Certificado Aladi
- Certificado Aladi - México
- Certificado Comum

Dúvidas sobre emissão de certificado de origem?  
Entre em contato conosco.

# **MODELOS DE CERTIFICADOS**

## **MERCOSUL – ALADI - COMUM**

## **DECLARAÇÃO DO EXPORTADOR**

- **Declaração Juramentada Prévia**
- **Mercadoria cumpre os requisitos exigidos: materiais originários e não originários, procedência, preço, classificação, percentagens no valor da mercadoria final e valor FOB, contatos dos responsáveis e outros**
- **Validade de seis meses**
- **Fornecido pelo exportador, de acordo com roteiro do "Manual"**

## **EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE ORIGEM**

### **TAXA DE SERVIÇO**

- Empresa filiada Sindicato FIEC: R\$ 20,00
- Empresa não filiada: R\$ 40,00
- Taxa de urgência: R\$ 15,00
- Micro e pequena empresa: isento

### **IDIOMA**

- Mecosul e Aladi: português ou espanhol
- Comum: inglês ou idioma do país importador

## **CERTIFICADOS DE ORIGEM**

### **REEMISSÃO**

- Documento com o importador
- Nova emissão do documento, mesmo número e data anterior
- Carta de solicitação da empresa

### **CARTA DE RETIFICAÇÃO**

- Documento na Alfândega do país importador
- Identifica campos e devidas alterações

## **CONDIÇÃO DE EXPEDIÇÃO**

### **MERCOSUL**

**Expedidas diretamente do Estado Parte exportador para o Estado Parte importador**

**Trânsito em razão de condições geográficas ou requerimento de transporte**

**Operações de carga ou descarga sob vigilância aduaneira**

**Não estiverem destinadas ao comércio ou uso no país de trânsito**

## **PRODUTOR FINAL OU EXPORTADOR**

### **TRADING COMPANY**

#### **BRASIL**

- Certificado em nome da Trading
- Exportador emite Declaração do Exportador

#### **NO EXTERIOR: Terceiro Operador**

- Obs: nº e data da fatura comercial emitida pelo operador, seu nome, domicílio e país
- Emitir com fatura disponível: "operação por conta e ordem de um terceiro operador"
- Declaração no verso fatura do operador, correlacionando o nº e data do certificado emitido, assinado pelo operador

## **REGRAS DE ORIGEM**

### **CRITÉRIOS PARA QUALIFICAÇÃO DE MERCADORIAS**

- a) MERCADORIAS TOTALMENTE OBTIDAS**  
Obtidas em seu estado natural, mesmo com processo mínimo: frutas colhidas, animais caçados, minerais extraídos
  
- b) MERCADORIAS INTEIRAMENTE PRODUZIDAS**  
Processadas exclusivamente a partir de mercadorias totalmente obtidas: carne desossada e congelada, creme de leite

## **c) MERCADORIAS PRODUZIDAS A PARTIR DE MATERIAIS NÃO ORIGINÁRIOS**

**Insumos não originários devem cumprir com os critérios de mudança de classificação tarifária, regras de valor ou processos produtivos, de forma isolada ou cumulativamente**

### **c.1) Mudança de Classificação Tarifária 4 primeiros dígitos**

**MUDOU** { **5205.11.00 – fios de algodão**  
**6006.31.00 – out. tecidos malha**

**NÃO MUDOU** { **6006.21.00 – out. tec. malha cru**  
**6006.24.00 - estampados**

### **c.2) Critério de Valor**

**Transformação substancial sem mudança na classificação**

**Mudança na classificação, porém sem transformação substancial que caracterize nova individualidade ao produto**

**Conteúdo Regional ou Valor Agregado:  
Insumos importados: CIF prod. importado  
até 40% do FOB exportado**

# **Vantagens competitivas dos produtos brasileiros nesses mercados**



## **REGRAS DE ORIGEM**

**Evitar a ocorrência de distorções no comércio  
Importações diferenciadas em relação a  
terceiros países**

**Acesso às vantagens estabelecidas no esquema  
preferencial  
Comprovação de que as mercadorias foram  
produzidas ou sofreram transformação  
substancial**

**Facilidade no intercâmbio de mercadorias  
Quando cumprem as condições exigidas**

## **NORMAS DE ORIGEM**

- **Têm por objetivo determinar o país onde uma mercadoria foi produzida, conforme os critérios nelas definidos.**
- **Necessárias para execução de diferentes instrumentos de política comercial:**

**PREFERENCIAIS E NÃO PREFERENCIAIS**

## **NORMAS DE ORIGEM**

### **PREFERENCIAIS**

- **Aplicação de direitos preferenciais de importação**
- **Redução do imposto de importação e dos tributos vinculados a este.**

## **NORMAS DE ORIGEM**

### **PREFERENCIAIS**

### **REGIMES COMERCIAIS CONTRATUAIS**

**Tratados comerciais de integração econômica  
entre países como zonas de livre comércio**

**Ex: Nafta, Mercosul, Caricom, CAN, Aladi e  
outros**

## **NORMAS DE ORIGEM**

### **PREFERENCIAIS**

### **REGIMES COMERCIAIS AUTÔNOMOS**

**Programas de estímulo à exportação destinados a facilitar a inserção dos países em desenvolvimento na economia internacional e a favorecer o desenvolvimento dos países mais pobres**

## **REGIMES COMERCIAIS AUTÔNOMOS**

### **VANTAGEM**

- Sistema unilateral
- Preferências comerciais concedidas sem reciprocidade

### **CONSEQÜÊNCIAS**

- Liberalização multilateral das trocas comerciais por meio do desenvolvimento econômico dos países menos avançados

## **REGIMES COMERCIAIS AUTÔNOMOS**

### **COMUNIDADE EUROPÉIA**

**Beneficia 171 países**

- **Sistema Geral de Preferências (SGP) – UNCTAD**
- **Cotonou Agreement (77 países da África, Caribe e Pacífico)**

## **REGIMES COMERCIAIS AUTÔNOMOS**

### **ESTADOS UNIDOS**

- **Beneficia 151 países**
- **Caribbean Basin Economic Recovery Act – CBERA (1983)**
- **Andean Trade Preference Act – ATPA (1991)**
- **Trade and Development Act (2000) – sub-Sahara da África**

## **NORMAS DE ORIGEM**

### **NÃO PREFERENCIAIS**

- **Nação mais favorecida (GATT)**
- **Direitos anti-dumping**
- **Direitos compensatórios**
- **Medidas de salvaguarda**
- **Exigências de marcação de origem**
- **Restrições quantitativas discriminatórias ou quotas tarifárias.**

## **EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE ORIGEM**

### **EQUIPE**

#### **Unidade de Promoção de Negócios**

- **Coordenação: Sarah Saldanha**
- **Responsável Técnica: Simone Martins**
- **Estagiários: Lisiane Oliveira e Valci Júnior**
- **Fone: 4665458**

